
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil



Revista Cocar V.13. N. 27. Set./Dez./ 2019 p. 619-636

ISSN: 2237-0315

Proletarização, intensificação e controle do trabalho docente, na atualidade: seus impactos sobre os corpos dos professores

Proletarianization, Intensification and Control of Teaching Work, at present: its impacts on the bodies of teachers

Maria Auxiliadora Monteiro de Oliveira
Amauri Carlos Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC-MG

Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Belo Horizonte - MG; Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Resumo

O propósito deste artigo é o de discutir e analisar na atualidade, por um lado, como os processos de intensificação e de proletarização das condições salariais e laborais e o controle, cada vez mais acirrado, vêm afetando, negativamente, o trabalho dos professores. E por outro lado, de que forma esses fatores têm interferido nos corpos desses sujeitos, levando-os ao acometimento de síndromes de etiologias diversificadas. Em síntese, objetiva-se mostrar como, na contemporaneidade, os mecanismos de disciplinamento, utilizados no século XVIII, vêm sendo resgatados, de forma acirrada, nesse período histórico, de acirramento e de expansão do capitalismo, se tornando, cada vez mais democráticos, imanentes ao campo social, sendo distribuídos pelos corpos, notadamente, dos professores e por eles internalizados.

Palavras chave: Trabalho Docente. Precarização/Intensificação. Controle.

Abstract

The purpose of this article is to discuss and analyze in the present, on one hand, processes of intensification and composed proletarianization of wage and labour conditions and, the increasingly acrimonious control, has been negatively affecting the work of teachers. On the other hand, how these factors have intervened on the bodies of these subjects, leading them to the involvement of syndromes of diverse etiologies. In summary, it aims to show how, in the contemporaneity, the disciplinary mechanisms, utilized in the century XVIII, have been rescued, in a fierce way, in this historical period, of the intensification and expansion of capitalism, becoming more and more democratic, immanent in the social field, being distributed by the bodies, especially by the teachers and internalized by them.

Keywords: Teaching work. Precariousness/Intensification. Control.

Introdução

Atualmente, pouco se tem discutido a respeito da subjetividade do professor, do controle e do acirramento do seu trabalho, fatores que vêm impactando o seu corpo e acarretando o aparecimento de síndromes de etiologias diversificadas.

E, nesse cenário, indaga-se: por que o exercício do magistério, uma profissão que educa as novas gerações, tem se tornado um fardo? Qual a relação entre o adoecimento do docente e suas condições salariais e de trabalho, tendo em vista o aguçamento do capitalismo hodierno? De que forma, o trabalho, a desvalorização social, os excessos de exigências vêm impactando o corpo do professor?

Refletir sobre essas indagações e procurar elucidá-las podem suscitar muitas respostas, com destaque para o aumento e maior complexificação da atividade laboral dos docentes, além do controle excessivo sobre seus corpos. Nos *rankings* nacionais e internacionais, por exemplo, voltados para a “qualidade” e a produtividade, os docentes são culpabilizados pelos desempenhos questionáveis da maioria de seus alunos.

Essa investida do capital financeiro sobre a educação vem se consubstanciando na ideologia do consumo, com a crescente presença de pacotes institucionais, nos quais o professor se torna mero executor e, conseqüentemente, um profissional facilmente substituível. Em decorrência disso, ele recebe menores salários, o que incide sobre seu corpo, que fica mais vulnerável aos adoecimentos físico e mental e, ainda, aos conseqüentes conflitos que afetam sua subjetividade.

Compreender o trabalho docente na atualidade implica em identificar, refletir e discutir as muitas transformações introduzidas, de forma vertical, no âmbito do ensino e, sobretudo, na perversidade da lógica do capital, que incide diretamente, sobre os corpos já combalidos dos professores.

Nesse contexto, a “oferta” de um bem de serviço, segundo Marx (1999) um valor de troca que, deve ser consumido e descartado, gerou uma ideologia que se auto sustenta nos momentos de crises educacionais, cujos mecanismos são reforçados pelas crises do sistema capitalista.

Essas crises cíclicas do capitalismo, que rebatem no campo da educação, poderiam levar, à retomada e à valorização dos fins educacionais que priorizam a formação onilateral do ser humano e, em decorrência, a subjetividade cética assumiria um papel crucial.

O trabalho docente, submetido aos interesses do mercado, que se acirram na segunda metade do século XX, quando foram evidenciadas inúmeras crises dos sistemas educacionais, em decorrência, sobretudo, da derrocada de uma educação direcionada para todos, gratuita, ética e de qualidade.

Assim, ao se conseguir, com êxito, provocar uma crise no âmbito dos princípios de uma educação democrática e comprometida com a formação onilateral, foram priorizados os pressupostos de uma educação como mercadoria a ser vendida, inclusive nas Bolsas de Valores.

Esse desvirtuamento dos fins da educação, que promoveu seu direcionamento para o mercado e a ideologia a ele inerente, podem ser causas que, atingindo a subjetividade do professor, afeta seu corpo, já fragilizado. A intensificação e complexificação do seu trabalho podem levar o professor a ser acometido por muitas síndromes, entre elas, a Síndrome do Burnout.

Este artigo visa analisar o trabalho docente no conflito consubstanciado entre os interesses do mercado e os fins de uma educação pública, comprometida com a qualidade e com a formação de cidadãos, direcionando-se para a análise da origem do problema subjacente a tal conflito. Nesse sentido, o adoecimento do corpo do professor parece ter relação com o conflito entre ideologias, o que interfere, negativamente, nas atividades por ele desenvolvidas.

Nessa perspectiva, busca-se, por um lado, mostrar a origem da mencionada mercantilização da educação e da ideologia a ela subjacente e, por outro, identificar como os corpos dos professores vêm sendo por elas impactados.

A educação como bem de serviço

A educação quando transformada em um bem de consumo, valor de troca (MARX, 1999), fez com que o aluno passasse a ser considerado como cliente, em consonância com os princípios do modo de produção capitalista, que incidiram sobre o trabalho docente, aumentando o nível de adoecimento dos professores.

Nesse contexto educacional, voltado para as demandas do mercado, reitera-se, os alunos no papel de clientes, se tornam avaliadores do produto “vendido” pela escola e, sobretudo, do trabalho desenvolvido pelos professores. Essa situação é semelhante a que ocorre nas empresas, que lançam mão desses procedimentos, muitas vezes, utilizando os princípios de Controle de Qualidade Total, concepção transladada para as instituições escolares nos anos de 1990 (OLIVEIRA, 1998, CUNHA, 1995).

Tendo em vista essa mudança dos fins da educação, vem sendo reduzida a opção dos jovens pelo magistério, uma vez que, além dos baixos salários e das degradantes condições laborais, sobretudo, no ensino público, ser professor implica assumir responsabilidades com o complexo e difícil processo de formar as novas gerações, sendo necessário, também, construir relações efetivas com o outro. Nesse processo, se faz necessário que ocorram trocas subjetivas que ajudem a formar os alunos, sob a égide dos princípios da justiça e da responsabilidade social. Essas trocas requerem um longo tempo de interação entre o estudante e o docente, pois se pretende que a formação não se reduza a uma simples capacitação para o mercado de trabalho, mas que tenha um caráter onilateral, formando sujeitos que sejam capazes de abrir novos espaços para a morada da ética, da política, da diversidade e da generosidade.

Contudo, nos tempos atuais, esse tipo de formação se torna cada vez mais difícil, pois os estudantes já adentram nas salas de aula com embasamentos e visões de mundo muito diferenciadas o que leva à uma grande diversidade de subjetividades, em consonância com o modo de ser, tipicamente pós-moderno, ou seja, individualista.

Essa cultura do eu, tem suas raízes no século XVIII, devido à consagração de uma ordem plural e liberal, sendo que essas atitudes centradas no eu, ofereceram ao contemporâneo uma sociedade baseada na potência do sufixo “hiper”: “hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto” (LIPOVESTSKY, CHARLES, 2004, p. 53).

A origem desse mundo pós-moderno, dominado pelo consumismo exacerbado remonta ao período correspondente ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando aumentaram o poder e o domínio dos Estados Unidos, que passaram a difundir com

maior intensidade sua ideologia, centrada no individualismo, hedonismo, narcisismo e consumismo. Com isso, tem se observado, de modo cada vez mais veloz e acirrado, a substituição dos valores antigos, centrados na ética, na solidariedade e no compromisso social, por “valores” novos. Nessa perspectiva, tem se observado uma sobreposição e não uma supressão, que possibilitaria a geração do antigo com o novo.

É importante ressaltar, que o individualismo existe desde a antiguidade, no campo das ideias, podendo ser traduzido no “conhece-te a ti mesmo” formulado por Sócrates e, no mundo moderno, no “penso, logo existo” de Descartes. No entanto, é em seu excesso, no século XX, que ele se tornou um problema. Para Lipovetsky; Charles (2004, p. 56), o “hipercapitalismo se faz acompanhar de um hiperindividualismo, regulador de si mesmo, mas ora prudente e calculista, ora desregrado, desequilibrado e caótico”.

A referida visão de mundo, homem e educação, priorizada pelo hipercapitalismo, invade o campo da formação humana, sobretudo, porque instituições direcionadas para a educação, como família, religião e escola, vêm se descuidando da formação do e para o outro. Em decorrência, o trabalho do professor tem se tornado mais difícil, complexo e penoso, impactando sua integridade física e mental e incidindo sobre seu corpo, provocando adoecimentos.

Acresce, ainda, que os professores estão, cada vez mais, sendo desvalorizados pela sociedade, o que é confirmado por Barroso (2004, p. 50): “depois de, durante muito tempo, serem considerados como profissionais, acima de qualquer suspeita, os professores estão hoje no olho do furacão cuja a turbulência afeta a escola e a educação em geral”.

Segundo esse autor, o estatuto social do professor foi precarizado, a sua identidade diluiu-se, a legitimidade institucional do seu trabalho foi colocada em dúvida e até seus métodos de ensino foram criticados. Em síntese, os professores tornaram-se bodes expiatórios de todos os questionamentos que vêm sendo feitos às escolas, sendo responsabilizados porque não asseguram a promoção social ou porque não formam pessoas competentes e conscientes.

Decorre do exposto que a educação vem passando por crises que afetam, por um lado, diretamente, a instituição escolar no que tange à sua organização e regulação e, por outro, os professores, que vêm sendo expropriados dos seus saberes, na medida em que se tornam meros executores de “pacotes instrucionais”, planejados por instituições de cunho mercantil. Esse procedimento vem tornando esses sujeitos facilmente substituíveis e passíveis de receber salários precarizados. Essas escolas/empresas, que auferem grandes lucros, vêm justificando o emprego dos referidos pacotes pela “deficiente” formação dos professores, considerados incompetentes e responsáveis por todos os problemas educacionais.

Dessa maneira, é possível afirmar que a referida crise interfere, negativamente, nas condições objetivas nas quais os professores desempenham seus trabalhos, tornando-o ainda mais complexo, impactante, árduo, o que afeta seus corpos, que se tornam mais frágeis e adoecidos.

No Brasil, a origem dessa crise pode ser identificada, sobretudo, com a chegada da “Escola Nova” e dos princípios do pragmatismo formulados por Dewey, aqui transmitidos por Anísio Teixeira. Um pouco mais tarde, com o Golpe de Estado de 1964, orquestrado pelos Estados Unidos com a anuência dos militares e dos políticos conservadores¹, a influência americana se tornou maior.

É importante ressaltar que a opção do Governo Militar então instaurado, foi por um desenvolvimento dependente e atrelado ao grande capital americano, que refletiu em todos os setores da sociedade brasileira. Assim, especialmente a educação, ficou a serviço da doutrina interdependente, então privilegiada, sendo chamada não só para legitimar, como também para participar dos planos e projetos governamentais referentes ao processo produtivo, por meio da capacitação da força laboral. Nesse contexto, foi publicada a Lei nº 5.540/68, que promoveu a Reforma Universitária, que gerou uma grande complexidade administrativa e um eficaz mecanismo de controle, tanto no âmbito administrativo, quanto no acadêmico.

Pouco depois, entrou em vigor a lei 5692/71, que dispunha sobre a profissionalização compulsória, cujo objetivo era a capacitação técnica de nível médio com vistas ao atendimento do mercado e à divisão técnica do trabalho (SEVERINO, 2006). Em síntese, a educação, naquele período histórico, se revestiu tanto do caráter

mercantil, quanto de atendimento ao mercado de trabalho, sendo direcionada para os interesses do capital americano.

Avançando no tempo, mais precisamente nos anos 1990, a tríade neoliberalismo, globalização e tecnologias da informação e da comunicação impactou os setores econômicos e social e, conseqüentemente, a educação se transfigurou em mercadoria, em valor de troca, desmantelando as disposições da Constituição Federal de 1988, que dispõe que a educação, em todos os níveis e modalidades, é dever do Estado e direito dos cidadãos.

Na atualidade, o Governo Federal, mais uma vez, sob a interferência dos Estados Unidos, vem desmontando tanto o Estado Democrático de Direito, quanto a educação, que vem ofertando, um ensino fragilizado, inconsistente e muito distanciado dos princípios de uma educação de qualidade social, gratuita, aberta a todos e crítica.

O que pode um corpo em sua fragilidade? O que pode o corpo docente?

Ambas as indagações remetem à condição de entrada do ser humano no mundo e na vida profissional. Assim, e dessa maneira, é no corpo que a história faz a sua morada.

A entrada do corpo no mundo e no seu desenvolvimento o submete aos processos de apreensão resultantes do meio; e assim o corpo carrega a história da humanidade, em todas suas inscrições. “[...] Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2008, p. 126).

Tomamos Foucault como referência, por ser o filósofo que problematiza a questão do corpo - considerando-o disciplinado por práticas/políticas de controle - e por ser “o pensador que mais insistiu neste aspecto corrompido da modernidade que é a disciplina, cuja a finalidade consiste mais em controlar os homens que libertá-los” (CHARLES, 2004, p. 16). Para esse autor, as práticas disciplinares vêm sendo utilizadas desde o século XVIII para plasmar, moldar um corpo dócil, que vem se tornando alvo do poder, na medida em que pode ser manipulado, treinado, “que obedece, responde e se torna hábil, cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 2008, p. 117). Nessa perspectiva foucaultiana, a disciplina pode ser definida como:

[...] um conjunto de regras e técnicas específicas (vigilância hierárquica, sanção normalizadora, exame de avaliação) que têm por efeito produzir uma conduta normatizada e padronizada, adestrar os indivíduos e submetê-los a uma fôrma idêntica para otimizar-lhes as faculdades produtivas (CHARLES, 2004, p. 16).

No que diz respeito à formação, essa disciplina incide sobre o corpo, retratando o que Foucault identifica na sociedade disciplinar do século XIX. Ressalta-se que essa disciplinarização já se fazia presente no século XVI, exercendo um controle sobre o corpo, como evidencia a obra de Erasmo de Roterdã, “Civilidade Pueril”, escrita no contexto do Renascimento. Assim, para Cardoso Junior (2010, p.181-183):

[...] o corpo é o elemento de ligação com o mundo com os demais objetos, de modo que são as relações do corpo que se diferenciam historicamente, pois aprender é sempre uma relação social (mecanismos de controle social que capturam o corpo). Ao mesmo tempo, o corpo também pode ser entendido como base pedagógica, pois sempre está implicado numa relação para aprender (catalizador da ideia na interação professor-aluno). Passa-se a ocorrer um controle direto, sobre os corpos, para que se torne eficazes.

O fato é que, em diversos momentos da história, o corpo vai sendo submetido ao domínio sobre ele, aceitando ou resistindo. Esses mecanismos disciplinares estão presentes nos espaços institucionais como a família, a prisão e a fábrica, que exercem domínio sobre os corpos, por meio de processos de subjetivação que vão se aperfeiçoando em novas práticas, gerando o que Deleuze (2004) denominou “Sociedades de Controle”.

Embasado nos estudos de Foucault, Deleuze (2004), em seus Post Scriptum sobre a sociedade de controle (2004), se contrapõe, veementemente, ao controle e ao disciplinamento que incidem sobre os corpos dos professores e alunos no espaço escolar. Os sujeitos, no caso, os professores, são violentados por práticas novas e cada vez mais eficientes, de forma que os espaços de reclusão e resistência se tornam espaços de captura. Assim, “a sociedade de controle coloca as subjetividades numa situação paradoxal. Os lugares que permitiam um espaço de resistência na época da disciplina, são agora espaços de controle” (CARDOSO JUNIOR, 2010, p. 184).

Com base nos estudos de Foucault (2008) e, posteriormente, de Deleuze (2004), é possível afirmar que a denominada sociedade do disciplinamento e do controle tem como fundamento os processos de subjetivação. Constata-se, na atualidade, a necessidade de se entender o que essa sociedade do controle e sua

contraposição à indisciplina fez e continua fazendo para que os corpos se tornem domesticados e docilizados.

Resgatando o posicionamento de Foucault, Aspís (2010) considera que cada um dos espaços de confinamento, traduzidos na casa, na escola, na caserna, na fábrica, no hospital e na prisão, têm mecanismos, moldes diferentes, porém muito semelhantes. Assim, “[...] os diferentes modos de controle são uma modulação, o indivíduo nunca termina nada, navegando em movimento constantemente regido por um deformador universal, como se a malha da peneira ou o molde se deformasse a cada instante” (ASPIS, 2010, p. 228).

Sob a égide do capital, esses mecanismos de disciplinamento e controle mostram como o trabalho incide de um modo violento sobre o corpo do trabalhador, especialmente sobre os corpos dos professores. Assim, os corpos desses sujeitos passam a ser regidos por normas externas, que violentam e agredem a sua escolha de pertencimento a um campo laboral, moldando seus corpos, suas mentes, orquestrados por uma lógica, que serve ao domínio do capital.

A dimensão e a relevância de como o corpo do docente é afetado pela intensificação do trabalho e pelas suas condições salariais e de trabalho vêm sendo pesquisadas por alguns teóricos.ⁱⁱ Segundo Santos (2016, p. 123), a interdependência das ações docentes, sobretudo quando experienciadas em um contexto coletivo, faz com que as marcas dos seus ofícios sejam refletidas em seus corpos, em uma dimensão muito ampla. Segundo esse autor, “o corpo presente porta em si mesmo o passado. Ele mantém essa relação com o tempo. O corpo é memória em sua totalidade, todas as nossas recordações estão inscritas nele. Ele reage, sem que saibamos o porquê, simplesmente recorda.”

Em síntese, todas as pressões que incidem sobre o corpo podem provocar seu adoecimento físico, mental e emocional, o que, no caso do professor, é denominado mal-estar docente.

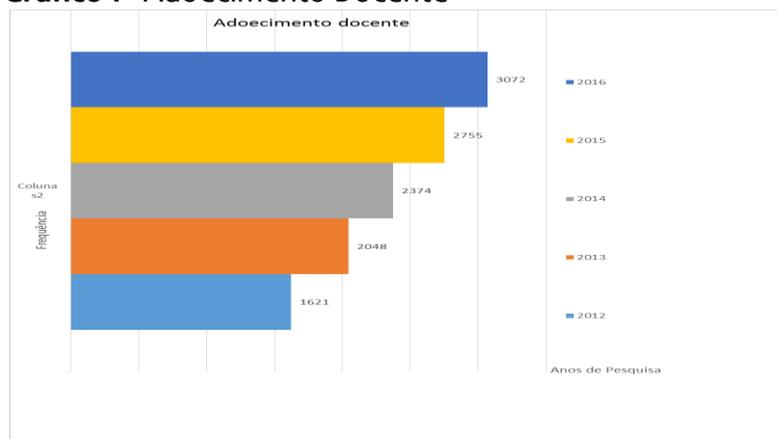
Esse mal-estar provoca várias conjecturas, que vão desde a intensificação do trabalho, passando pela precarização das condições salariais e de trabalho, pela desvalorização social da profissão, pelas pressões por maior produtividade e melhores desempenhos dos alunos nos *rankings* nacionais e internacionais, pelo controle

ostensivo sobre o trabalho docente; todos esses fatores impactam os corpos dos professores, provocando síndromes de etiologias diversificadas.

Assim, o mal-estar docente decorre de todos os fatores explicitados, mas pode, também, decorrer “do brusco agravamento de um estado crônico de problemas e contradições, externos e internos a ela; perturbações que trazem o mal-estar, insatisfações, tensões, conflitos, desestabilizações, podendo levar à ruptura do equilíbrio” (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 78).

O mencionado aumento das produções centradas no mal-estar docente pode ser constatado em pesquisa realizada em 2017 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, pela qual o termo “adoecimento” obteve 24.226 resultados, referentes a trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos cinco anos, como comprova o gráfico 01.

Gráfico 1 - Adoecimento Docente



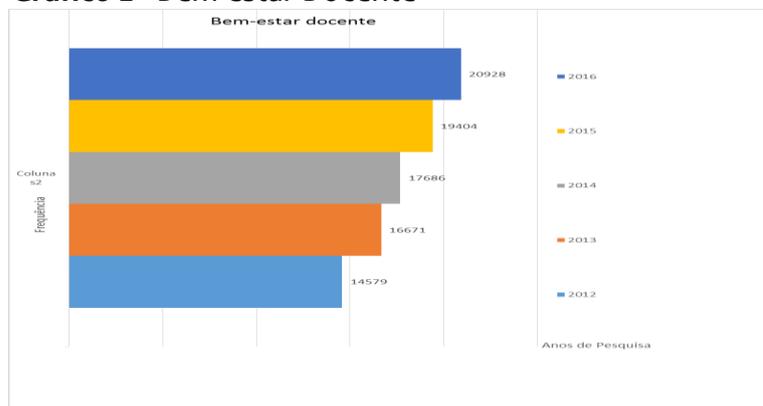
Fonte: CAPES/MEC (Elaborado pelos autores), 2018

Esteve (1999) considera que o professor vive sentimentos de insatisfação diante da sua atividade docente, carregando um conflito entre a imagem idealizada do trabalho que gostaria de realizar e as dificuldades do trabalho real. Dessa forma, as sucessivas frustrações com o trabalho criam uma sequência de desestímulos, marcada pelo cansaço físico constante, pelo esgotamento, seguido de ansiedade e de estresse, pela autoculpabilização, pelo fracasso das atividades de ensino, pela ansiedade, pelas doenças psicomentais, psicossomáticas, problemas e situações que incidem sobre seu corpo, de forma intensa, provocando o referido mal-estar docente (PASCHOALINO, 2009).

A temática relativa ao mal-estar docente vem se constituindo como uma das mais pesquisadas, conforme se pode constatar no Banco da CAPES/MEC.

Em contraposição, o termo/categoria “bem-estar docente” obteve 214.511 resultados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, totalizando, em 2017, 89.268 resultados relativos aos últimos cinco anos, como vislumbrado no gráfico 02.

Gráfico 2 - Bem-estar Docente



Fonte: CAPES/MEC (Elaborado pelos autores), 2018

Para Arroyo (2004), a literatura sobre mal-estar docente foi aumentando gradativamente, na medida em que o professor passou a se sentir um trabalhador descontente com o seu trabalho, devido, sobretudo, às mudanças de valores, de crenças e de suas autoimagens, que ficaram distorcidas.

No entanto, é preciso buscar explicações para esse mal-estar causador de adoecimentos. Uma delas parece ser o aumento cada vez maior do capitalismo contemporâneo, que vem investindo, por um lado, nos denominados bens de serviço, que transformaram a educação em valor de troca, ou seja, em mercadoria. Por outro lado, vem se acirrando o aumento da carga e da complexidade da atividade laboral imposta ao trabalhador docente. Esses dois fatores refletem-se no corpo e na atividade produtiva.

O que pode o trabalho docente?

Para Marx (1999), o trabalho é uma atividade vital, que torna possível a existência e a reprodução da vida humana, sendo, assim, constituidor do homem; em síntese, é ele que diferencia o homem dos outros animais e do resto da natureza.

O trabalho docente faz parte da totalidade, construída pelo trabalho no modo de produção capitalista, estando, assim, submetido às suas contradições, ou seja, à produção de valores de uso e valores de troca.

Proletarização, intensificação e controle do trabalho docente, na atualidade: seus impactos sobre os corpos dos professores

O trabalho, ao longo da história, notadamente, o trabalho docente, no país, vem sendo marcado pelos processos de proletarização e profissionalização que se manifestam, na dinâmica de estrutura ocupacional, sendo que o processo de proletarização está ligado à lógica da estrutura social e da formação das classes sociais. Contudo, pode-se afirmar, que os referidos processos foram construídos, através de movimentos próprios, embora apareçam interpenetrados, na dinâmica das sociedades e na constituição dos grupos sociais (FIDALGO; OLIVEIRA; FIDALGO, 2013, p. 94).

Intimamente ligado ao processo de proletarização, pode-se identificar a intensificação do trabalho, que, segundo Apple (1995), se peculiariza, ao longo dos tempos, por dois processos: a desqualificação do trabalhador, na qual se inclui o professor, e a separação entre a concepção e a execução. Esse último processo pode ser constatado pelo que vem ocorrendo no Brasil com o denominado “apostilamento”, pelo qual os docentes se reduzem a meros executores de pacotes instrucionais, elaborados pelas instituições/conglomeradas educacionais, que os comercializam e auferem altos lucros, inclusive na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

O trabalho, incluído o trabalho docente, altera as dinâmicas física, emocional e psicológica do corpo, que vão se armazenando no campo da memória. Segundo Berthos (1997, p. 126), mesmo as fibras musculares têm memórias e, para Grotowski,

[...] estos recuerdos (del pasado y del futuro) son reconocidos descubiertos por el cuerpo y por todo el resto, esto es, el cuerpo-vida, allí está todo escrito, pero cuando alguien está haciendo, existe aquello que se está haciendo, que es *directo-hoy, hic et nunc*. Yes entonces cuando se libera aquello que no ha sido fijado, conscientemente, aquello que es menos perceptible pero de alguna manera más esencial que la acción física. Es aún físico, pero ya *prefísico*, lo llamo “impulso” cada acción física está precedida de un movimiento subcutáneo que fluye del tangible. El impulso no existe sin el *partner*, no en el sentido de un compañero de escena, sino en el sentido de otra existencia humana. Simplemente otra existencia (GROTOWSKI, 2009, p. 335).

Em síntese, a intensificação do trabalho do professor pode ocasionar: a diminuição do seu tempo de descanso; a carência de tempo para se atualizar e se requalificar nas habilidades e conhecimentos necessários; a consciência de que a carga de trabalho é grande, na escola e em casa; a diminuição da qualidade do tempo para o lazer e para o convívio social.

E é nesse sentido que, segundo Del Pino; Vieira; Hypólito (2009), constata-se a utilização de novos mecanismos de controle no espaço escolar, notadamente no trabalho docente, ou seja, sobre os professores e que se consubstanciam no novo

gerencialismo, uma nova tecnologia de governo que vem promovendo sua intensificação no âmbito da denominada sociedade do controle (NEGRI; HARDT, 2004).

Em consonância com esse novo gerencialismo, vêm sendo utilizadas tecnologias de vigilância e webcams ligados aos computadores, o que incide sobre a dimensão individual, uma vez que visa controlar cada docente, cada aluno em casa ou na sala de aula. As salas de aula se transformam em espaços de gestão da docência, dos alunos e do próprio conhecimento.

Dessa forma, os mecanismos para controle dos professores visam conformar, orientar ou afetar seus comportamentos. Esses mecanismos vão se tornando cada vez mais democráticos, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos que os internalizam. Em suma, o controle dos professores visa tanto conformar, orientar ou afetar seus comportamentos, quanto promover seus autocontroles, ou seja, o governo de si mesmos.

Esse autocontrole intervém na formação do self privado para o alcance dos objetivos sociais e políticos, por meio da persuasão. Em decorrência, os docentes não são apenas governados, mas autogovernados (PETERS; MARSHALL; FITZSIMONS, 2004).

Esse controle alcança a subjetividade dos docentes por intermédio de práticas educativas e pedagógicas que os levam a ter compromisso com a qualidade, a eficiência e a produtividade de seus trabalhos. Nessa condição, o *busnoper*ⁱⁱⁱ atua sobre suas mentes, condicionando-os, também, a atenderem os apelos e as exigências do governo exercido sobre eles, principalmente no sentido de obterem melhores resultados dos estudantes nos Exames Nacionais e Internacionais.

Dessa forma, o novo gerencialismo afeta a vida privada e profissional de cada professor, uma vez que aumenta o controle sobre o trabalho de ensinar e sobre a autonomia da decisão pedagógica e didática (APPLE, 1995).

Pode-se afirmar, que o processo de intensificação acarreta o aumento das pressões para a obtenção da aquiescência dos professores, no que tange a adoção de inovações técnicas e tecnológicas, e as condições salariais e de trabalho tendem a piorar, provocando a proletarização do trabalho docente (HARGREAVES, 1998).

Conclusão

Nestes tempos nebulosos que vivemos atualmente no nosso País, em um contexto de desmantelamento da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, é evidente a perda de direitos sociais, políticos, trabalhistas, econômicos e educacionais da população brasileira.

Especificamente no campo da educação, tanto as condições laborais e salariais do professor vêm sendo ainda mais precarizadas, quanto vem aumentando o controle sobre eles. O denominado “biopoder” incide sobre os corpos e mentes desses trabalhadores, objetivando discipliná-los, adestrá-los e submetê-los a um trabalho extremamente exaustivo, revestido por uma pesada carga mental e emocional, conjunto de fatores que recai sobre seus corpos e os leva a serem acometidos por doenças de etiologias diversificadas. Embora estejamos, no âmbito temporal, distantes das já mencionadas práticas disciplinares, vigentes no século XVIII, é possível afirmar que elas estão sendo resgatadas, na contemporaneidade. Dessa forma, devido à expansão e intensificação do capitalismo e da sua “gula” para obter índices maiores de produtividade e lucratividade, vêm sendo usadas, inclusive, sobre os docentes, formas eficientes para promover o controle e o autocontrole. Por meio de eficazes mecanismos de persuasão, as formas de controle são, geralmente, assumidas como opções próprias e autônomas, interferindo na constituição dos “selves” de cada um.

Em síntese, historicamente e, de forma mais acirrada, na atualidade, os professores vêm tendo pouca autonomia, pois são “controlados” pelos gestores das políticas públicas e pelos gestores das instituições escolares, o que tem atingido suas subjetividades, colocando-os como responsáveis pela pouca eficiência e eficácia de seus trabalhos, mensurados apenas pelos resultados dos seus alunos nos *rankings* nacionais e internacionais.

Para finalizar, considera-se que, para minimizar esse quadro, a sociedade e os gestores das políticas públicas precisam reconhecer a importância dos professores e traduzir essa valorização em melhores condições de trabalho e em um nível de remuneração condizente com a relevância do trabalho que realizam, qual seja, formar cidadãos e cidadãos capazes de se inserirem na sociedade como protagonistas de suas

histórias e capacitar estudantes competentes, éticos e responsáveis para o mundo do trabalho.

Referências

APPLE, Michael. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero na educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARROYO, Miguel. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ASPIS, Renata L. **Educação nas sociedades de controle: resistência e vida.** In: TREVISAN, Amarildo Luiz et al (Org). **Diferença, cultura e educação.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

BARROSO, João. **Os professores e os novos modos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto de trabalho às mudanças da formação.** In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas de formação de educadores.** São Paulo: Unesp, 2004.

BERTHOZ, Alain. **Le sens du mouvement.** Paris: O. Jacob, 1997.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de Teses e Dissertações.** Disponível em: < <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

CARDOSO JUNIOR Hélio. R. Filosofia da Diferença e educação disciplina/controlé, pedagogia da máquina e corpo pedagógico. In: TREVISAN, Amarildo Luiz et al (Org). **Diferença, cultura e educação.** Porto Alegre: Sulina, 2010.

CHARLES, Sébastien. O individualismo paradoxal. In: LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos.** São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

CODO, Wanderley. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho: Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

CUNHA, Daisy M.. **Intervenção estatal na gestão escolar pelo controle da qualidade total.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1995.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo: Cortez, 1992.

DEL PINO, Mauro. A. B.; VIEIRA, Jarbas S.; HYPOLITO, Álvaro M. Controle e intensificação do trabalho docente: câmeras, novo gerencialismo e práticas de governo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade.** Campinas: Papirus, 2009. p. 113-133.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

ESTEVE, José M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. São Paulo: Edusc, 1999.

FIDALGO, Fernando Rocha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara R. R. Formação e profissionalização de professores: estudo realizado em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: FIDALGO, Fernando R.; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara R. **Formação, profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas**. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2013.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. (Editores). **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, FaE/UFMG, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 35. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GROTOWSKI, Jerzy. **Respuesta a Stanislavski. Estudis escènics: quaderns de l'Institut del Teatre**, n. 36, Barcelona, 2009. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/EstudisEscenics/article/view/253349/340115>>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

HARGREAVES, Andy. **Os professores em tempos de mudanças: o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna**. Lisboa: McGraw-Hill, 1998.

In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 289-320.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebastien. Tempo contra tempo, ou a Sociedade Hipermoderna. In: LIPOVETSKY, G. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LUZ, Madel. **Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtivista e as condições atuais da vida acadêmica**. Revista Saúde Coletiva, 15(1), p.39-57, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. v. I. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **O Trabalho de Dionísio: para a crítica ao Estado pós-moderno**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF; PAZULIN, 2004.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M. **Escola ou empresa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PASCHOALINO, Jussara B. de Q. **O professor desencantado: matizes do trabalho docente**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2009.

PASCHOALINO, Jussara B. de Q.; ALTOÉ, Adailton. **Presenteísmo e trabalho docente**. Curitiba: CRV, 2015.

PETERS, Michael; MARSHALL, James; FITZSIMONS, Patrick. Gerencialismo e política educacional em um contexto global: Foucault, neoliberalismo e a doutrina da auto-administração. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: ARTMED, 2004. p. 77-90.

SANTOS, Juliana T. **Professoras atuantes no atendimento educacional especializado e suas histórias de vida: um estudo sobre identidade docente**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: Lima, Júlio César França (org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, EPSJV, 2006

THOMPSON, John B. **Books in the digital age**. Cambridge: Polity, 2005.

Notas

ⁱ Acordos estabelecidos entre o Ministério de Educação e Cultura e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

ⁱⁱ Entre eles se destacam: Codo, W e outros (1999); Luz, M. (2005); Dejours (1992); Thompson, J.B. (2005); Esteve (1999); Paschoalino (2009); Paschoalino e Altoé (2015).

ⁱⁱⁱ Peters, Marshall e Fitzsimons (2004) chamam essa nova forma de poder de busnopower, a qual é dirigida à subjetividade da pessoa através, não do corpo, mas da mente, para que as pessoas aceitem certas verdades a respeito de si mesmas. O busnopower não é dirigido apenas às pessoas individualmente, para transformá-las em sujeitos escolhedores autônomos e consumidores, mas à população como um todo pela imersão do social na cultura empresarial. Assim, a resolução de problemas pelas próprias escolas envolve, essencialmente, a despolitização da educação enquanto direito social, em nome da qualidade empresarial negociada entre os estudantes, os pais e o provedor. VOSS, D. M. S.; GARCIA, M. M. A. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 391-412, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n2/v39n2a04.pdf>> Acesso em: 22 de março de 2017.

Sobre os autores

Maria Auxiliadora Monteiro de Oliveira

Habilitada, em nível da Graduação, em Pedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1967). Possui Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993); Doutora em Educação: Políticas e Administração Educacional, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1998; Concluiu Pós-doutorado em Educação, realizado na Universidade Estadual de Campinas, em 2001; possui, também, Pós-doutorado realizado na Universidade do Porto (Portugal), 2005. Tem experiência na Área da Educação, sobretudo, no que tange às Políticas Educacionais e ao campo de Gestão

Educacional. Nesta perspectiva, tem realizado pesquisas em temáticas ligadas, principalmente, às Políticas para a Educação Básica, para a Educação Profissional, para o Ensino Superior e para a Educação Inclusiva. Vem se constituindo, ainda, como objetos de investigação, questões vinculadas à Formação/Profissionalização e ao Trabalho Docente. Quanto à Produção Acadêmica; se destacam livros, capítulos de livros, artigos em periódicos/revistas, trabalhos completos publicados em Anais de eventos nacionais e internacionais. É coordenadora de pesquisas fomentadas pela CAPES/INEP, FAPEMIG e FIP-PUC Minas atualmente, é professora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da PUC Minas. É coordenadora, no PREPES (Programa de Especialização para Professores do Ensino Superior, da PUC Minas), do Curso de Docência e Gestão do Ensino Superior.

E-mail: dorinhapuc@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6203-823X>

Amauri Carlos Ferreira

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1989), mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2002). Pós-doutorado em Educação pela UFMG (2009). Atualmente é adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Instituto Santo Tomás de Aquino. Professor nos cursos de Filosofia e Pedagogia, como também nos programas de pós-graduação em Educação e Ensino de Ciências e Matemática. Tem experiência na área de Filosofia e Educação. Seus principais temas de pesquisa: Imaginário, ética, política da diversidade e da inclusão.

E-mail: mitolog@pucminas.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4771-3465>

Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado Sanduíche pela Universidade do Porto. Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialização em Educação pelo CEPENMG. Especialização em Psicopedagogia pelo CEPENMG. Especialização em Direitos Humanos pelo CES. Especialização em Temas Filosóficos pela UFMG. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Trabalho e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, educação, ensino-aprendizagem, trabalho e educação, gestão, educação a distância e trabalho docente.

E-mail: jussarapaschoalino@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0382-3523>

Recebido em: 01/06/2019

Aceito para publicação: 18/06/2019